

Identidade e interseccionalidade: contribuições para a investigação da identidade negra no Brasil

Identidad e interseccionalidad: contribuciones a la investigación sobre la identidad negra en Brasil

Identity and intersectionality: contributions to the investigation of black identity in Brazil

Matheus Felipe Gomes Dias¹

Orcid: 0000-0001-5953-0856

Resumo

O objetivo deste trabalho é gerar uma análise que contribua com o aprofundamento dos estudos sobre a identidade negra no Brasil, considerando sua formação e suas conexões. Por meio das discussões acerca de identidade, diferença e subalternidade, além do embasamento teórico-metodológico da interseccionalidade, busca-se evidenciar os limites e as possibilidades da pesquisa sobre a formação da identidade negra brasileira. Para tanto, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e o método dialético-compreensivo como ferramentas de investigação e de análise. Nesse contexto, nota-se que a construção social da identidade é influenciada por diversos processos, os quais englobam transformações, dinâmicas e relações que manifestam efeitos materiais, simbólicos, psíquicos, históricos e sociais. O encontro com o *Outro*, com o não-eu, desempenha um papel fundamental na apreensão e na construção do *Eu*. A abordagem interseccional brasileira introduz uma nova perspectiva em relação às identidades, considerando o impacto das opressões na modificação das identidades, bem como as formas de resistência desenvolvidas por grupos sociais oprimidos. Dessa forma, ao analisar a construção da identidade negra sob o prisma da interseccionalidade, é crucial levar em consideração as dinâmicas específicas de cada comunidade, destacando suas semelhanças e particularidades, uma vez que uma variedade de interações e relações ocorreram de forma não homogênea.

Palavras-chave: identidade; subalternidade; interseccionalidade; negritude brasileira.

Resumen

El objetivo de este trabajo es generar un análisis que contribuya a profundizar los estudios sobre la identidad negra en Brasil, considerando su formación y conexiones. A través de discusiones sobre identidad, diferencia y subalternidad, así como de la base teórico-metodológica de la interseccionalidad, se busca destacar los límites y posibilidades de la investigación sobre la formación de la identidad negra brasileña. Para ello, se utilizan como herramientas de investigación y análisis la investigación bibliográfica y el método dialético-compreensivo. En este contexto, se observa que la construcción social de la identidad está influenciada por diversos procesos, que abarcan transformaciones, dinámicas y relaciones que manifiestan efectos materiales, simbólicos, psíquicos, históricos y sociales. El encuentro con el Otro, con el no-yo, desempeña un papel fundamental en la aprehensión y construcción del Yo. El enfoque interseccional brasileño introduce una nueva perspectiva sobre las identidades, considerando el impacto de las opresiones en la modificación de las identidades, así como las formas de resistencia desarrolladas por los grupos sociales

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. Bolsista de pesquisa CAPES. **E-mail:** matheusdias543@gmail.com

oprimidos. Así, al analizar la construcción de la identidad negra bajo el prisma de la interseccionalidad, es crucial tener en cuenta las dinámicas específicas de cada comunidad, destacando sus semejanzas y particularidades, ya que se produjeron diversas interacciones y relaciones de forma no homogénea.

Palabras clave: identidad; subalternidad; interseccionalidad; negritud brasileña.

Abstract

The aim of this paper is to generate an analysis that contributes to deepen the studies on black identity in Brazil, considering its formation and connections. Through the discussions about identity, difference and subalternity, in addition to the theoretical-methodological basis of intersectionality, it seeks to highlight the limits and possibilities of research on the formation of black Brazilian identity. To this end, bibliographical research and the dialectical-comprehensive method are used as research and analysis tools. In this context, it is noted that the social construction of identity is influenced by several processes, which encompass transformations, dynamics and relationships that manifest material, symbolic, psychic, historical and social effects. The encounter with the Other, with the non-self, plays a fundamental role in the apprehension and construction of the Self. The Brazilian intersectional approach introduces a new perspective on identities, considering the impact of oppressions on the modification of identities, as well as the forms of resistance developed by oppressed social groups. Thus, when analyzing the construction of black identity under the prism of intersectionality, it is crucial to take into account the specific dynamics of each community, highlighting their similarities and particularities, since a variety of interactions and relationships occurred in a non-homogeneous way.

Keywords: identity; subalternity; intersectionality; brazilian blackness.

1. Introdução

Os estudos da identidade e da diferença têm mobilizado uma vasta gama de intelectuais, cientistas e pesquisadores. Esses grupos não estão radicados apenas na sociologia, mas também se encontram em outras áreas de estudo das ciências humanas e da filosofia, e conforme observou Hall (2014), a identidade nunca foi tão debatida e investigada quanto na contemporaneidade.

O campo de estudos da identidade dialoga intrinsicamente com os estudos raciais, permitindo uma análise mais profunda em relação à construção da identidade racial, seus desdobramentos e transformações. Por sua vez,

pensar esses processos permite estabelecer uma discussão sociológica que avance para além de sistemas e de esquemas analíticos que concebem a identidade como imutável.

A proposta interseccional como perspectiva teórica, metodológica e de prática política concorda em considerar as identidades não apenas a partir do contexto de interação, mas das dinâmicas que permeiam a construção sócio-histórica dos sujeitos. No âmbito dos estudos da identidade no Brasil, especificamente a identidade negra, percebe-se que a perspectiva interseccional desenvolvida por aqui caminha por considerar a identidade como um processo de transformação e modificação.

Apresentando uma perspectiva não essencialista da identidade, a formação do negro é permeada por diversos processos, que não somente são anteriores ao indivíduo, mas que estão em constante transformação. Com base nisso, torna-se necessário observar a literatura contemporânea da identidade, atrelando ao estudo da interseccionalidade no Brasil e nos Estados Unidos, de modo que se possa observar as relações que estão inseridas no estudo da identidade negra no Brasil.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo produzir uma reflexão que contribua para o aprofundamento dos estudos sobre a identidade (sua construção e relação) negra no Brasil, a partir das discussões sobre identidade, diferença e subalternidade, além do aporte teórico-metodológico da interseccionalidade. Bem como, pretende-se destacar os limites e possibilidades da investigação sobre a formação da identidade negra brasileira.

Parte-se da pesquisa bibliográfica como instrumento de investigação científica. Na acepção de Gil (2017), essa modalidade de pesquisa tem como fonte principal materiais publicáveis, entre os quais pode-se mencionar livros, artigos, revistas, boletins, entre outros. O levantamento bibliográfico foi realizado em repositórios e indexadores de literatura científica, entre os quais pode-se mencionar o *Scholar Google*, a *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e o Portal de Periódicos da CAPES. Para tanto, a análise dos dados bibliográficos é realizada por meio do método

dialético-compreensivo, no qual pretende-se estabelecer uma análise dos fenômenos a partir dos pressupostos metodológicos da teoria marxista contemporânea.

Diante disso, a primeira seção aborda as discussões da identidade, da diferença e da subalternidade, considerando a sua formação, as relações e as dinâmicas que envolvem o *Eu* e o *Outro*. A segunda seção volta-se para analisar a interseccionalidade enquanto perspectiva teórica e metodológica, enquanto a terceira dedica-se em estabelecer um debate em relação à formação da identidade negra no Brasil e a perspectiva interseccional. Por fim, encontram-se as conclusões obtidas no decorrer do trabalho.

2. Identidade, Diferença e Subalternidade

Chester Himes, escritor negro de origem estadunidense, certamente é um dos escritores negros mais prolíficos de sua época. Em razão de sua identidade racial e de gênero, teve que se exilar na França, onde produziu uma vasta obra sobre a vida cotidiana, a violência policial, racial e sexual, revoltas e crimes no Harlem dos anos 1960. Em "O Harlem é escuro" (L&PM, 2006), Himes apresenta aos leitores um conjunto de personagens, histórias, conflitos e contradições que permeiam o "ser" negro.

Entre as descrições caricaturadas, o desejo, a identificação e o poder, é possível elaborar um quadro de questões que permitem estabelecer um diálogo com a temática da identidade: Quais são as bases

constituintes da identidade? Como as múltiplas identidades se relacionam? Como se articulam os processos objetivos e subjetivos da identificação e da identidade?

Os debates que se fundamentam em torno da "identidade" são amplos e não se pretende esgotá-los por completo. Entretanto, torna-se importante estabelecer uma discussão situada, sobretudo, no campo da sociologia contemporânea. Hall (2014) observa que as identidades não são imutáveis ou estanques, de modo que elas se mobilizam e se transformam no contexto em que são efetivadas. Estabelecer uma perspectiva "mutável" das identidades, na visão de Hall, permite considerá-las não apenas pelo aspecto biológico, mas entrelaçar dinâmicas e relações que são históricas e polivalentes.

Segundo Hall (2014, p. 13), "[...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – pelo menos temporariamente". Em outro momento, o autor argumenta que as identidades são formadas e formatadas ao longo do tempo, por meio de um conjunto de processos inconscientes, sempre incompletos ou em construção.

Nesse diálogo, o conceito de identificação torna-se importante no debate acerca da identidade, pois dialoga intrinsecamente com as bases constituintes desta última. Na perspectiva de Hall (2022), a identificação é um processo sobredeterminado, que obedece a uma lógica discursiva ou a um jogo ambivalente, que, nas palavras do autor, "envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de "efeitos de fronteiras" (Hall, 2022, p. 106).

Isso implica, segundo os apontamentos do autor, em uma dinâmica em que a identificação emerge a partir de um conjunto de elementos fronteiriços, que estabelecem processos de diferenciação, de marcação de fronteiras entre o *Eu* e o *Outro*. Ou seja, o que não sou *Eu* é o *Outro* e vice-versa. A partir disso, pode-se observar que, na perspectiva de Hall (2022), a identidade é sempre constituída por meio da diferença, e, desse modo, é mediante a relação com o *Outro*, com aquilo que não é *Eu/Nós*, com o que é exterior, que a identidade é construída².

Autores como Haider (2019) e Barros (2019) afirmam que a formação do negro é realizada pelo olhar branco, e tal perspectiva está relacionada, principalmente, a um processo no qual o *Eu* é constituído a partir do *Outro*, mesmo que essa interação não seja

² Em "Quem precisa da identidade", Hall (2022) discute o contexto das tensões entre a identificação, a formação do *Eu* a partir da interação com o *Outro*. Na página 110, o autor argumenta que "toda identidade tem necessidade daquilo que lhe "falta" – mesmo que esse *Outro* que lhe falta seja um *Outro* silenciado e inarticulado".

necessariamente pacífica ou positiva. Assim, Barros (2019, p. 62) afirma que “como negro, apreendo a mim mesmo pelo branco, embora saiba que o branco nada sabe do meu *Eu*; é ele que me nega e, ao me negar, me constitui”.

Além disso, Haider complementa observando que essa construção do *Eu* pelo olhar do *Outro* pode carregar essencialmente elementos simbólicos e psíquicos que dialogam dialeticamente na forma como essas identidades são mobilizadas na vida social. De forma objetiva, verifica-se que esse processo de constituição também possui efeitos psíquicos e simbólicos que organizam as relações sociais, a opressão e a subalternidade no âmbito das identidades. Em tempo, cumpre considerar o que Bauman (2005) observa, ao considerar que é a partir da identidade nacional que emerge a perspectiva de diferenciação entre o *Eu* e o *Outro*.

Esse processo torna-se claro quando se observa o diálogo de Bhabha (1998) com os estudos de Frantz Fanon acerca da alienação colonial e da formação da identidade. Ao contrário de uma lógica que concebe a formação da identidade como um processo isolado e autônomo, o autor observa que nesse contexto a relação entre o *Eu* e o *Outro* é impactada por aspectos referenciais. Destaca-se, por exemplo, a violência racial, o colonialismo, a subalternização das culturas, a exclusão dos mercados, a dominação física e psíquica e a alienação.

Desse modo, Bhabha (1998, p. 73) observa que “os olhos do homem branco destroçam o corpo do homem negro e, nesse ato de

violência epistemológica, seu próprio quadro de referência é transgredido, seu campo de visão perturbado”; posteriormente, o autor complementa, “[...] a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumprida - é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem” (Bhabha, 1999, p. 76).

É observado que a identidade está inserida em um processo contínuo de afirmação e negação. Se, por um lado, as identidades são construídas no contato com o *Outro*, ou seja, o diferente, por outro lado, nota-se que essa dinâmica estigmatiza e produz efeitos sobre a psique dos indivíduos/grupos sociais.

Recordando Fanon (2020, p. 147), “[...] não sou eu que crio um sentido para mim mesmo, mas é o sentido que já está lá, preexistente, esperando por mim”. No contexto das identidades em disputa – na ausência de um termo que melhor represente esse processo –, observa-se que os aspectos objetivos em relação à identidade são anteriores e exteriores aos indivíduos. Ora, não é o negro que produz o racismo, mas o branco. Assim, os elementos simbólicos, psíquicos e materiais do *Eu* são fornecidos e construídos pelo *Outro*.

Ao mesmo tempo, verifica-se a partir de Bhabha (1999) e Fanon (2020) que nessa relação o *Outro* encontra como saída de sua condição de subjugação e subalternidade o

*passing*³, a assimilação ou a integração ao mundo do *Eu*. Segundo Fanon, esse percurso ocorre sempre de forma interior para o exterior, pois é de forma psíquica que o negro apreende o mundo branco⁴, que desenvolve a alteridade branca e constata os elementos necessários para ser “aceito” no mundo branco.

Quando Spivak (2010) questiona “pode o subalterno falar?”, a autora apreende um conjunto de elementos que estão presentes no processo de construção do *Eu* e do *Outro*, sobretudo no que diz respeito às identidades. Na perspectiva da autora, o colonialismo deu origem a um processo segundo o qual o colonizador e o colonizado estão em uma dinâmica de disputa. Essa disputa pode ser compreendida a partir de uma ótica na qual o *Eu* (colonizador) acaba por imprimir suas culturas, instituições, modos de vida, linguagem e outras relações no *Outro* (colonizado).

A autora observa que essa construção e representação do *Outro* é realizada como um “espelho”, no qual o *Eu*, ao buscar representá-los, representa a si mesmo, e com isso, essa dinâmica de construção ideológica do sujeito subalterno acaba por criar o *Outro* como sombra do *Eu*. Sendo o sujeito subalterno “concernente às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação

política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2000, p. 20), verifica-se como a construção do *Outro*/Subalterno é eminentemente um processo ideológico.

Assim, o processo de construção do sujeito subalterno é um processo marcado, segundo observa Spivak (2010), por violências de naturezas diversas. Nesse prisma, constata-se a violência física, o etnocídio, a destruição das culturas, os modos de vida específicos e o silenciamento epistêmico. A crítica da autora concentra-se, sobretudo, no contexto da produção intelectual europeia sobre o sujeito subalterno, destacando como essa relação acabou por produzir um silenciamento e ocultamento do falar do subalterno.

Esse processo permite considerar as dinâmicas que permeiam a construção social da identidade, as interações e as transformações a que está submetida no contexto da interação. À vista disso, verifica-se que a identidade é formada a partir da interação, da relação entre o *Eu* e o *Outro*, dispondo de aspectos materiais, simbólicos, sociais, culturais, psíquicos e epistêmicos.

3. Interseccionalidade: método e prática

Discorrer ou reivindicar sobre o surgimento e a “nacionalidade” da interseccionalidade não é o objetivo desta seção, pelo

³ O conceito de *passing* faz parte da discussão realizada por Hader (2019), que demonstra um conjunto que processos em que o negro se insere para superar as condições objetivas do racismo e da violência racial, mas que esse processo não é livre de conflitos internos e externos.

⁴ De acordo com Fanon (2020, p. 111), “a alteridade para o negro não é o negro, mas o branco”.

contrário, é sabido que a origem desse conceito e método de análise dos fenômenos sociais ocorre a partir de experiências particulares, tanto no Brasil e no Caribe quanto nos Estados Unidos. A produção epistemológica do conceito está relacionada aos movimentos políticos negros e feministas da segunda metade do século XX, permitindo que os debates de raça e classe fossem deslocados de uma perspectiva marxista que estabelecia a primazia das relações econômicas sobre as relações de opressão de identidades. Além disso, tal processo corroborou para o estabelecimento de uma ótica concatenada entre as diversas opressões estruturais e o modo de produção capitalista (Falquet, 2018).

Ademais, é importante mencionar que o conceito de interseccionalidade é fruto da experiência concreta de militantes feministas negras, que buscavam reconciliar a teoria marxista com a crítica das opressões de identidade. A contribuição do *Combahee River* é indispensável para se considerar a origem da interseccionalidade como projeto metodológico e de prática política (Haider, 2019).

Em seu manifesto de criação, o *The Combahee River Collective Statement*, as militantes lançam as premissas de uma perspectiva interseccional, bem como estabelecem a compreensão de política de identidade e a relação entre opressão econômica e opressão de identidade. Assim, o manifesto dispõe que: “precisamos articular a situação real de classe dessas pessoas, que não são

meramente trabalhadoras sem raça e sem sexo, mas para quem as opressões racial e sexual são determinantes significativos para suas vidas laborais e econômicas” (Combahee River, 2019, p. 201).

A base da proposta interseccional realizada pelo *Combahee River* consiste em compreender as relações e as contradições de classes por intermédio de seus membros, contrariando um debate que privilegiava unicamente os processos materiais e econômicos constituintes das classes sociais, o coletivo se propunha a abordar as contradições internas das classes, os agentes e as identidades que formam o proletariado. Ao estabelecer essa ótica de análise, o diálogo interseccional observa como essas múltiplas categorias eram mobilizadas e vivenciadas.

Nesse sentido, por sua condição de mulher e negra, o projeto interseccional não é somente um projeto político-prático, mas também é metodológico e analítico. Esse processo se justifica, segundo o *Combahee River* (2019, p. 203), porque

[...] o fardo psicológico de ser uma mulher negra e as dificuldades derivadas para se tomar consciência e se engajar em tarefas políticas nunca devem ser subestimadas. Muito pouco se valoriza a psique das mulheres negras nesta sociedade, que é tanto racista quanto sexista. Como uma das primeiras integrantes desse grupo disse certa vez: “Somos todas pessoas feridas apenas por sermos mulheres negras”. Somos desposuídas tanto psicologicamente como em todos os outros âmbitos;

ainda assim, sentimos a necessidade de lutar para mudar a condição de todas as mulheres negras.

A condição de mulher e negra, no entendimento do *Combahee River*, as coloca em uma posição de *outsider*, que pode observar como as relações entre raça, classe e gênero se articulam. Essa posição permite analisar como as dinâmicas de poder balizam não somente o *quem pode falar*⁵, mas permite verificar quem são os *corpos regulados e alvos de censura*⁶.

A interseccionalidade é fruto da condição da mulher negra enquanto categorias, uma posição que permite estabelecer dialeticamente um entendimento que esquadriha as dinâmicas de poder, opressão e ativismo. Por um lado, excluídas dos mercados, por *Outro*, excluídas do ativismo, as mulheres negras afro-americanas desenvolveram uma teoria crítica que avança não somente do ponto de vista da análise das relações de poder e opressão, mas torna-se um instrumento indispensável de transformação.

De acordo com Collins (2019, p. 51), “a identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos”. A interseccionalidade é, assim, fruto das experiências e perspectivas feministas negras, que

estabelecem um novo olhar sobre a relação com as desigualdades sociais e econômicas. Ao pensar de forma relacionada como operam as desigualdades sociais e as desigualdades econômicas, a interseccionalidade propõe uma abordagem heurística dos problemas sociais e das relações de poder.

Assim, conforme observam Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de análise e de práxis crítica que permite lançar luz sobre as experiências individuais das opressões e as diversas dimensões e categorias de poder. De acordo com as autoras, “nosso sentido de interseccionalidade visa a manter o foco na sinergia que liga ideias e ações, na inter-relação entre investigação e práxis” (Collins; Bilge, 2021, p. 53).

Dessa forma, pode-se observar que a interseccionalidade nos Estados Unidos surge como fruto das experiências intelectuais e de militância política das mulheres negras. Ao considerar a primeira geração, embora seja possível destacar que as perspectivas inerentes ao desenvolvimento do conceito estiverem ligadas, principalmente, ao marxismo, esse processo permite aprofundar a compreensão da teoria política marxista em relação às desigualdades sociais. Não se trata de um

⁵ Observa-se um nítido diálogo entre a perspectiva interseccional e pós-colonial. Spivak (2010) destaca que a regulação de quem poder falar e sobre quem se fala liga-se a como as identidades estão organizadas no processo de construção epistemológica, e a autora, conforme observado no decorrer deste artigo, argumenta que o subalterno é destituído dos mercados, da lei e do poder.

⁶ Os termos fazem referência a discussão sobre Necropolítica, proposta por Achille Mbembe (2018).

diálogo com o marxismo ortodoxo⁷, que compreende a primazia das desigualdades econômicas sobre as desigualdades sociais; trata-se, ao contrário, de uma corrente que busca estabelecer a perspectiva de que as desigualdades econômicas produzem as desigualdades sociais e que a superação da primeira exige uma luta pela superação da segunda⁸.

A segunda geração da interseccionalidade, representada aqui pelas contribuições de Collins (2019) e Collins e Bilge (2021), estabelece uma nova dimensão para o conceito. Embora, posteriormente, esse processo seja alvo de discussão, cumpre destacar que a segunda geração introduz no pensamento interseccional contribuições da sociologia francesa contemporânea, como os estudos de Pierre Bourdieu, e uma descentralização do estudo interseccional das coletividades para o indivíduo.

No caso brasileiro, a interseccionalidade guarda em suas origens as dinâmicas específicas do seu surgimento nos Estados Unidos, além de haver o fator da herança do racismo colonial e as dinâmicas específicas da construção das representações sociais sobre a mulher negra. Nesse contexto, as

contribuições de Lélia Gonzalez são demasiadamente importantes para se compreender não apenas as características do racismo e sexismo no Brasil, mas também como emerge e se constitui a interseccionalidade.

Gonzalez é uma pensadora fundamental para os estudos da interseccionalidade, sendo pioneira na construção de uma perspectiva analítica que observa a relação entre as categorias da desigualdade social e da desigualdade econômica nas opressões e no poder⁹. Além disso, cumpre considerar a sua importância no âmbito da produção de uma sociologia do negro brasileiro (e latino-americano), evitando importações e recortes analíticos que não correspondiam às dinâmicas do racismo à brasileira.

Identificando as dinâmicas específicas do racismo brasileiro e considerando sobretudo o processo de branqueamento social e o mito da democracia racial, Gonzalez (2020a) destaca que foi estabelecida uma perspectiva segundo a qual os valores, crenças, culturas negras e indígenas foram marginalizadas, sobrepondo em seu lugar a crença nos valores e classificações do ocidente branco como únicas e verdadeiras.

⁷ *Ibidem*, p. 201.

⁸ De acordo com o Manifesto do Combahee River (2019, p. 201), “percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição dos sistemas político-econômicos capitalistas e imperialistas, bem como do patriarcado. Somos socialistas por acreditarmos que o trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles que trabalham e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que os criam. Não estamos convencidas, contudo, de que uma revolução socialista que também não seja uma revolução feminista e antirracista garantirá nossa libertação”.

⁹ f. COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 39-45

De acordo com Oliveira (2020), essa produção ideológica desenvolveu mecanismos para que as populações negras e indígenas buscassem se branquear, de modo que pudessem participar da nova ordem competitiva inaugurada pelo capitalismo. Fernandes (1972) observou esse procedimento considerando que na passagem do colonialismo para o capitalismo, o elo mais frágil, isto é, o negro e o indígena foram deixados à própria sorte.

Reflexão semelhante se encontra em Moura (2019), ao destacar que o racismo brasileiro se constitui de modo a deixar o negro à própria sorte, determinando que a sua participação ou integração na nova ordem competitiva deveria, ao menos, passar por um processo de branqueamento, de adoção de valores e crenças brancas. Desse modo, Moura (2019) revela dois aspectos importantes desse processo, sendo o primeiro a exclusão do negro dos mercados (antes colonial, agora capitalista) e a introdução da força de trabalho branca, e o segundo a introjeção de uma perspectiva que determinava que para a integração do negro na sociedade branca, era necessário que este se “branqueasse”.

Embora valha a pena dedicar mais linhas para destacar as análises de Moura (2019), cumpre considerar apenas que, dialeticamente, a penúria do negro brasileiro, tanto no colonialismo quanto no capitalismo se organizou de modo que a sua participação na vida social, cultural, política, religiosa e econômica foi sendo progressivamente apagada.

É nesse sentido que Gonzalez (2020a) busca estabelecer um panorama novo em relação ao racismo à brasileira, em especial no âmbito das mulheres negras. Em relação às categorias de “mulher” e “negra”, a autora revela um conjunto de processos nos quais as mulheres negras foram submetidas no contexto colonial e que foram aprimorados e transformados no capitalismo. Pode-se mencionar, por exemplo, a violência sexual, o sexismo, a exclusão da vida intelectual, política e econômica, além da perseguição e das violências sofridas por seus filhos e companheiros.

Conforme analisa Gonzalez (2020a, p. 50),

[...] ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o cidadão negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.

Observa-se, a partir dessas categorias, isto é, mulher e negra, como Gonzalez (2020a) estabelece uma análise que liga a desigualdade social e a desigualdade econômica. Ao considerar as especificidades da mulher

negra brasileira, a autora revela um conjunto de aspectos que permite compreender como o racismo brasileiro estabeleceu uma condição particular em relação à participação do negro no capitalismo.

A interiorização, a subordinação e a exclusão misturam-se para a formação de um processo ainda mais violento. Observando outro lado desse processo, Gonzalez (2020b) propõe o conceito de amefricanidade, ao descolar o seu olhar para as dinâmicas do racismo na América Latina, América Central e Caribe destaca que o colonialismo operou de forma sofisticada nessa região, criando formas novas de subjugação e subordinação étnico/racial.

A proposta epistemológica da interseccionalidade de Gonzalez (2020b), mediante conceito de amefricanidade, busca considerar como as dinâmicas do racismo e do sexismo no sistema colonial operaram de maneira distinta de outros locais, sobretudo no âmbito dos Estados Unidos. Verifica-se que a “categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas)” (Gonzalez, 2020b, p. 122). E ainda, o seu valor metodológico “está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (Gonzalez, 2020b, p. 122).

A perspectiva interseccional de Gonzalez busca estabelecer uma perspectiva

analítica em que se considera a questão das desigualdades sociais e econômicas a partir das categorias de raça e gênero. Desse modo, ao propor o conceito de amefricanidade, verifica-se que a autora busca desenvolver uma abordagem das relações raciais com um olhar desconstrutivo da visão colonial e eurocentrada.

Por sua vez, esse processo permite considerar aspectos específicos das relações de raça e gênero no Brasil, na América Latina e no Caribe, destacando como o colonialismo operou a dominação e a subjugação do homem e das mulheres negras, introduzindo mecanismos inovadores. Ao mesmo tempo, tal abordagem possibilita investigar a resistência, os dilemas impostos pelo racismo e desvelar o mito da democracia racial e suas consequências físicas, psíquicas, materiais e simbólicas.

4. Contribuições para a investigação da identidade negra no Brasil

Para o desenvolvimento desta seção, torna-se importante sublinhar, antes que se inicie a discussão, que trataremos detalhadamente de três aspectos que precisam ser considerados em uma análise sobre a construção e as relações que se desenvolvem na formação da identidade negra brasileira. Assim, partiremos de quatro aspectos: (i) a construção histórico-social do negro; (ii) a passagem do colonialismo para o capitalismo e o branqueamento social; (iii) a perspectiva de Identidade ou Identidades negras; (iv) o avanço de uma sociologia do negro brasileiro.

A história da identidade negra brasileira é, eminentemente, uma história interseccional. Não dá para se pensar a escravidão, os processos de resistência e a abolição deslocando ou escamoteando o conceito de interseccionalidade. Assim, radicalizando o argumento, não se pode pensar a perspectiva dos estudos raciais no Brasil desconsiderando a inter-relação entre os diversos marcadores que permeiam a vida dos grupos sociais.

Dessa maneira, pode-se observar que desde a escolha do negro/negra e a sua posição na divisão do trabalho no regime escravagista, até o processo de construção dos quilombos, permeiam aspectos como elementos particulares das culturas africanas, tecnologias desenvolvidas e trabalhadas em África, modos de vida, entre outros. É Moura (2019) que destaca a posicionalidade do negro na divisão do trabalho colonial e, posteriormente, capitalista, considerando dois aspectos distintos. O primeiro está relacionado à divisão dos povos escravizados na África em norte e sul, a partir de uma perspectiva cultural, em que os negros do norte africano seriam mais resistentes à escravidão (vide exemplo dos *malês*, dos povos da Nigéria, entre outros) do que os povos do sul do continente africano, que apresentavam formas distintas de enfrentamento à escravidão.

Além disso, o autor apresenta a distribuição geográfica do negro no Brasil e as funções que ocupava no contexto escravagista. Essas ocupações estavam vinculadas, por sua vez, a elementos culturais, tanto no âmbito da

origem dos africanos quanto das necessidades da economia colonial. Na medida em que o modo de produção escravagista se encerra e ocorre o processo de exclusão dos negros da nova ordem competitiva, as dinâmicas que envolviam a “justificação” para a substituição de mão de obra escrava pela europeia centravam-se nos argumentos de que esses povos eram “violentos”, “preguiçosos”, “atrasados” e “moralmente inferiores”.

A divisão sócio-cultural dos negros africanos e, ao mesmo tempo, suas diversas ocupações no modo de produção escravagista, contribuíram, no processo de transposição do modo de produção e na exclusão dos mercados, para a criação de uma forma de economia paralela (Theodoro, 2022). De forma objetiva, o processo de divisão dos negros africanos no processo de escravidão contribuiu para que no capitalismo se constituísse um mercado “paralelo” ao que os excluía.

Esse mercado de solidariedade interna pode ser evidenciado por meio do associativismo. Há inúmeros exemplos de como essa relação era operada, desde os Clubes dos Homens de Cor de Minas Gerais e Porto Alegre, até a Associação do Negro Brasileiro, passando pela Frente Negra Brasileira e outros grupos locais e regionais (Domingues, 2014; Dias, 2019; Ribeiro, 2022).

O associativismo é uma característica importante para se pensar a identidade negra brasileira, porque antes observava-se a construção dos Quilombos como forma de

resistência e por outra sociabilidade. No capitalismo, as associações contribuíram fundamentalmente para a resistência negra diante da exclusão dos mercados, e além disso, pode-se observar outras formas de associação negra, tais como os Bailes *Black*, as organizações de assistência negra, os veículos de imprensa, entre outros.

Essas relações contribuíram para formar a identidade negra, não somente como um aspecto homogêneo e geral, pelo contrário, é impossível advogar pela existência de uma única identidade negra no Brasil, em virtude de que as dinâmicas do escravismo operaram culturalmente e etnicamente de forma distinta, o que também pode ser observado nos esforços coloniais de controle e repressão.

A perspectiva interseccional brasileira tem um forte apego à história, o que permite analisar os marcadores sociais da diferença não como elementos isolados e que se concatenam no âmbito das interações, mas como um processo que dispõe de história e continuidade. Ao mesmo tempo, torna-se importante considerar que a perspectiva interseccional, da qual Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são as principais expoentes, acaba por reivindicar a necessidade de se considerar os processos históricos e sociais que precedem a interação.

Diante disso, além de considerar os marcadores sociais da diferença, como raça, classe e gênero, inclui a necessidade de se pensar a formação da identidade por

intermédio dos processos históricos e sociais. No caso do negro brasileiro, pode-se observar que a produção do racismo colonial interferiu diretamente na sua integração à sociedade capitalista e que esses processos acabam por impactar diretamente as representações e as interações desses agentes na contemporaneidade.

A título de exemplo, pode-se observar a posição social da mulher negra no modo de produção escravista e na passagem para a nova ordem competitiva, e como esse processo contribuiu não somente para a exclusão dos mercados, mas para a produção de uma tripla opressão (de gênero, raça e classe). Analisar essas interações e identidades de forma interseccional deve levar em consideração a forma com que as opressões se gestam, sobretudo no Brasil.

A construção da identidade negra no Brasil é fruto de um processo interseccional, que não pode ser analisado de forma separada das dinâmicas sócio-históricas que o permeiam. Desde a distribuição geográfica dos africanos no Brasil até o processo de exclusão dos mercados dialogam diretamente com as formas de resistência e de participação social, política, econômica e cultural. Além disso, é notável, por exemplo, no caso dos africanos que foram para o nordeste, uma aproximação com as culturas indígenas, que contribuiu para o surgimento de novas práticas culturais.

Assim, não é possível conceber, em termos de identidade, um processo único. Pelo contrário, verifica-se a existência de

pontos comuns e, ao mesmo tempo, singulares no processo de formação das identidades negras brasileiras. A análise interseccional proposta no Brasil evidencia a necessidade de pensar as identidades negras como processos de construção histórica, mas também como processos em constante transformação, principalmente a partir das contribuições de Gonzalez (2020a; 2020b).

Essa perspectiva não essencialista da identidade contribui para que os estudos sobre a negritude e branquitude, à medida em que as concebe como um processo que se transforma a partir das interações, das dinâmicas políticas, econômicas, culturais, religiosas, entre outros. Diante disso, percebe-se que a interseccionalidade desenvolvida no Brasil irrompe os estudos raciais para um processo de aprofundamento, para a concepção de novos objetos e problemas de pesquisa. Esse processo é certamente fundamental para o desenvolvimento do campo.

5. Considerações Finais

A construção social da identidade é permeada por diversos processos, e estes processos possuem transformações, dinâmicas e relações que adquirem efeitos materiais, simbólicos, psíquicos, históricos e sociais. Verifica-se que é no contato com o *Outro*, com o não-eu, que o *Eu* é apreendido e construído. Ao mesmo tempo, constata-se que os processos sociais e econômicos, como é o caso do

colonialismo e do capitalismo, acabam por transformar essas identidades.

Percebe-se também que a interseccionalidade surge como uma proposta teórica, metodológica e prática que busca considerar a mobilização dessas identidades no contexto das interações e como as suas opressões acabam por dinamizar e balizar a sociabilidade desses grupos sociais. A proposta interseccional brasileira acaba por apresentar uma perspectiva nova em relação às identidades, considerando como os efeitos das opressões contribuíram para a modificação das identidades e como, ao mesmo tempo, os grupos sociais oprimidos desenvolveram alternativas de resistência.

No contexto da produção da identidade negra brasileira, constata-se que esse processo permeou o escravismo-colonialismo e o capitalismo, manifestando-se em diversos espectros da vida social, desde a economia até o acesso aos serviços públicos. Ainda, cabe observar as dinâmicas específicas nas quais os povos africanos estiveram submetidos nesse processo, o que permitiu o estabelecimento de formas singulares de resistência e sobrevivência.

A análise da construção da identidade negra, como proposta interseccional, deve levar em consideração as dinâmicas específicas de cada comunidade, destacando suas semelhanças e particularidades, uma vez que se operou um conjunto de interações e de relações que não se deu de forma única. Desde a construção dos quilombos como alternativa à ordem social e

econômica vigente até as associações e organizações negras, percebe-se que não é o negro que se constrói, mas é a branquitude e os efeitos desse racismo anti-negro que influenciaram diretamente na construção do negro.

Portanto, investigar, analisar e criticar tais relações auxilia em uma compreensão

mais profunda das dinâmicas e relações que contribuíram para a construção da identidade negra no Brasil. Assim, a proposta interseccional desenvolvida por Lélia Gonzalez e tantas outras intelectuais negras brasileiras torna-se assertiva e adequada para observar tais fenômenos que se desenvolveram por aqui.

Referências

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.

COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução: Stefania Pereira e Letícia Gomes. **Plural**, v. 26, n. 1, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A Frente Negra Brasileira: institucionalização, contestação e fascismo. **Revista Práxis Comunal**, v. 2, n. 1, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 34, 2014.

FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcio (Orgs.). **Lélia Gonzalez**: por um feminismo afro latino americano. Ensaios, intervenções e diálogos. Versão Digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcio (Orgs.). **Lélia Gonzalez**: por um feminismo afro latino americano. Ensaios, intervenções e diálogos. Versão Digital. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

- HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2014.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HIMES, Chester. **O Harlem é escuro**. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional. **Revista Interritórios**, v. 6, n. 10, 2020.
- RIBEIRO, Jonatas Roque. **A classe de cor**: uma história do associativismo negro em Minas Gerais (1880-1910). Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- SPIVAK, Gayatri. Foreword: upon Reading the companion to postcolonial studies. *In*: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (orgs.). **A companion to postcolonial studies**. Oxford: Blackwell, 2000.
- SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.
- THEODORO, Mário. **A sociedade desigual**: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.